

*Discurso na cerimônia de lançamento da nova legislação que regulará o imposto territorial rural (ITR)*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 19 DE NOVEMBRO DE 1996

*Senhor Ministro Raul Jungmann, da Política Fundiária e Reforma Agrária; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhor Governador do Estado de Goiás, Senhor Maguito Vilela, que nós dá a honra da presença; Senhores Líderes do Governo e dos Partidos representados no Senado e na Câmara; Senhor Representante da CNBB, Dom Raimundo Damasceno; Senhor Presidente da CNA, Antonio Ernesto de Salvió; Senhor Presidente da Sociedade Rural Brasileira; Luiz Haffers; Senhoras e Senhores;*

O Ministro Jungmann disse, no essencial, em que consiste essa nova regulamentação, proposta por medida provisória, do Imposto Territorial Rural, o ITR. Acho significativo que se faça uma solenidade para comemorar um imposto, coisa rara no Brasil; e que essa solenidade tenha o apoio de uma parcela daqueles que vão pagar e de uma parcela daqueles que vão se beneficiar; e, principalmente, dos homens do Congresso que vão julgar a pertinência da nossa decisão. Temos a confiança de que eles julgarão de maneira favorável, até porque a própria presença dos Senhores Líderes aqui é muito significativa nesse sentido.

E por que isso? Porque nós passamos de uma fase, no Brasil, em que a reforma agrária era uma bandeira vaga. Sou da época em que era uma bandeira vaga. Eu me lembro – sempre gosto de fazer um pouquinho de história, às vezes até quase pessoal – de que em 1961 fui a Minas Gerais, a Belo Horizonte, para participar de um congresso de Sociologia e fiz um trabalho sobre a questão agrária no Brasil, o único que escrevi sobre essa matéria que nunca foi minha especialidade.

Na época, havia já um grupo de gente discutindo reforma agrária e discutindo os movimentos do campo, que eram o começo dos bóias-frias. Estávamos muito distantes da situação atual, mas não tínhamos muita noção efetiva do que significava reforma agrária. De lá para cá – evidentemente, a luta pela terra é muito anterior a 1961 –, passamos por várias fases, várias etapas.

O Estatuto da Terra foi o marco, foi importante. Depois, passamos por certas fases de alguma indecisão com relação à questão da terra e, mais recentemente, por uma fase de muita presença da questão, presença na mídia, presença em movimentos; e de certa desconfiança – vamos dizer com toda clareza – sobre qual seria a ação do Governo em matéria de reforma agrária.

É natural que, num país como o nosso, as pessoas primeiro desconfiem, porque é tão difícil fazer alguma coisa. Todos nós, em épocas diferentes e talvez até hoje, nos sentimos frustrados por não termos conseguido fazer o que desejávamos, muitas vezes por não termos sido nem capazes de definir com clareza quais eram os objetivos. À primeira vista, tudo que o Governo propõe parece ser alguma coisa inexecutável: ou, então, diz que é uma coisa porque vai fazer outra.

Discuti muito, quando me candidatei à Presidência da República, esta questão da reforma agrária. Reforma sem uma política mais ampla, sem uma política fundiária, sem compreensão do desenvolvimento econômico é um beco sem saída. Isso só se coloca de forma apropriada quando o País é capaz de entender que se trata de um conjunto de ações, Nesse conjunto de ações, o acesso à terra é parte fundamental, porque há um setor importante da sociedade que precisa de terra e dela não dispõe. Mas, se esse acesso à terra

não vier dentro de uma política mais ampla, também não resolve as questões efetivas.

Nós tivemos, na época da campanha, que discutir as metas de reforma agrária. Essa meta que o Ministro Jungmann mencionou não surgiu sem muito debate interno, porque na época se propunha fazer milhões de assentamentos. Houve e há sempre quem proponha, e nós queríamos fazer alguma coisa que fosse realista. O realismo não tem nada ou não tem somente a ver com a vontade política, como se diz hoje. Tem a ver com as condições objetivas dos movimentos, da estrutura do Estado, da capacidade de financiamento, da capacidade técnica, enfim, há um conjunto de fatores. E nós chegamos à conclusão de que o objetivo colocado era ambicioso, mas realizável.

Pois bem, nós o estamos realizando. Vamos, como disse o Ministro, realizar o conjunto das propostas no que diz respeito aos assentamentos rurais. Mas se discutia. Na vida se vai sempre discutir, porque sempre tem gente que está contra e tem gente que precisa estar contra para sobreviver como liderança. Tudo isso faz parte do jogo. Mas os que forem analisar objetivamente verão que estamos fazendo, e não com o espírito fechado – pelo contrário: estamos fazendo com a sociedade, discutindo, debatendo, voltando atrás, se for necessário, avançando mais, se for possível, fazendo democraticamente, fazendo de forma aberta.

Faltava uma legislação mais consistente com os nossos objetivos, no que diz respeito ao Imposto Territorial Rural. Eu me lembro de ter participado – e aqui, outros que estão presentes participaram, em outra oportunidade, no Congresso – de tentativas para modificar o Imposto Territorial Rural. Vi uma vez esquerda e direita, juntas, derrubarem uma tentativa. Isso acontece. Vi, outra vez, menos juntas, perdermos.

Então, era preciso que houvesse, como está havendo agora, um esclarecimento mais profundo e apoio mais amplo do conjunto da sociedade, para que se pudesse fazer uma modificação no Imposto Territorial que fosse justa. Por isso é que estamos aqui, juntos. Não é para comemorar o imposto. Eu digo sempre: imposto é sempre desa-

gradável, está-se impondo, não é voluntário. Mas, às vezes, como neste caso, existe um compromisso até moral de sermos coerentes com o que dizemos. Quase todo mundo diz que é preciso dar acesso à terra, quase todo mundo é favorável à reforma agrária, em tese. Então, precisamos ser na prática também, com a criação das condições que possibilitem avançar mais na questão do campo.

Esse imposto ajuda não só a reforma agrária, como também na questão do arrendatário. E é preciso deixar claro: sem fazendeiros não há produção agrícola suficiente para o Brasil. Aqui, não estamos dando acesso à terra para combater os fazendeiros. Não: é em complementação. Esse imposto ajuda os fazendeiros a se tornarem mais produtivos, a cuidarem mais para que as terras não produtivas sejam transformadas em recursos, porque vão investir, eventualmente, na produção, vão melhorar a qualidade da capitalização das fazendas. Então, o imposto tem, realmente, um alcance maior.

Quero, para não falar demasiadamente, dizer-lhes que, se isso foi possível, foi, por um lado, graças ao fato de que, progressivamente, o Governo começou a dispor de mais condições de ter um conjunto de medidas no que diz respeito à questão da agricultura. O financiamento da agricultura não está no que eu queria, ainda. O Ministro da Agricultura tem lutado muito. A Fazenda tem ajudado, vai ajudar mais no ano que vem, e mais no sentido do tempo oportuno, não no dinheiro. Não se preocupem.

Estamos começando a ter condições de financiamento agrícola mais adequadas, de definir um zoneamento agrícola, de cuidar da questão da aftosa, de fazer a classificação das carcaças do boi; enfim, um conjunto de medidas que pode parecer nada ter com a reforma agrária, mas tem, porque significa que o conjunto do setor rural brasileiro está avançando. E significa, também, como vai significar no futuro, que aqueles que avançarem mais, tecnologicamente, vão poder transferir tecnologia para os assentamentos.

Visitei – ando bastante pelo Brasil – regiões de produção de fruta, onde coexistem o assentamento e a agroindústria altamente desenvolvida. É aí que a coisa vai melhor, porque há a possibilidade

de um encadeamento, um efeito em cadeia positivo de transferência de tecnologia.

Então, estamos com esse conjunto de medidas que vão permitir realmente avançarmos muito no campo. E, quanto mais avançarmos na capitalização, na melhoria das fazendas, mais teremos, ao mesmo tempo, que avançar no assentamento, em conjunto, criando condições de harmonia, dentro das possibilidades, evidentemente. Os interesses podem se chocar aqui e ali, mas, no conjunto, é possível avançar.

Portanto, agradeço a todos que aqui estão e aos ministros das várias áreas, da área técnica da Fazenda, das grandes estruturas governamentais de financiamento, da Agricultura, da Reforma Agrária, àqueles que debatem pela sociedade – porque estamos criando esse espírito, esse fórum da Agricultura – e ao Congresso.

Quero finalizar, mesmo, dando uma palavra de apoio e agradecimento ao Ministro Raul Jungmann e à sua equipe, ao pessoal que está trabalhando com ele no Incra, porque sabemos das dificuldades, que são inúmeras, para enfrentar-se essa questão, que, até pouco tempo atrás, era uma questão tão ideologizada que tudo que se dizia era imediatamente desmentido, sem se ter o cuidado de ver se era certo ou errado: “Em princípio, não pode ser.”

Pois bem, esse clima está acabando. Não quero dizer que estejamos sempre certos, não; mas temos condições de conversar, de dialogar e de poder, portanto, avançar, e avançar democraticamente, na transformação das estruturas da sociedade brasileira. Para isso, é preciso ter o espírito que tem o Ministro Jungmann, de motivar, de lutar, de ter coragem, porque sem coragem não se muda o Brasil; de dizer coisa duras, muitas vezes; de romper, quando é necessário, com a demagogia. A demagogia, às vezes, a gente compreende, mas, quando ela se excede, tem que parar, porque pode ser prejudicial à solução dos problemas verdadeiros do País. Isso requer tirocínio político, e o Ministro Jungmann tem demonstrado essa têmpera. Vejo, ali, o Senador Roberto Freire e penso que se estende a ele a têmpera, quem sabe, uma vez que é uma colaboração mais

ampla de partidos que está nos permitindo, na verdade, fazer essa transformação do Brasil.

Eu queria, portanto, terminar, dando os parabéns a vocês e, sobretudo, com muita confiança, ao povo brasileiro, reiterando o pedido ao Congresso de que se decida isso ainda este ano, para que possamos ter já a efetividade do novo imposto no ano que vem; e dizer que, se continuarmos nesse caminho, não só vamos afiançar mais a democracia no Brasil, como estaremos efetivamente criando condições para uma cidadania que seja digna, em que as pessoas tenham, realmente, condições de produzir e fazer aquilo que é necessário para todos eles e para suas famílias.

Muito obrigado.